ATA DA 14ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO SALVADOR 500.

Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro do ano de 2015, realizou-se, no Centro de Cultura da Câmara Municipal, a décima quarta Audiência Pública do Plano Estratégico Salvador 500. A audiência foi aberta pelo secretário da SUCOM, Silvio Pinheiro, apresentando a Sra. Tânia Scofield, Coordenadora técnica do Plano 500, a facilitadora Maria Auxiliadora Lobão e o secretário executivo da audiência Fagner Dantas e convida a urbanista Juliana Paes e arquiteto Fernando Teixeira para composição da mesa, estendendo o convite aos membros do conselho municipal que estiverem presentes. Sr. Silvio abre a reunião informando que a pauta do dia é a leitura da ata da décima terceira audiência, realizada no dia vinte e quatro de outubro, apresentação da minuta do PDDU e abertura para participação de todos, lembrando que iniciarão as perguntas por aqueles que se inscreveram na audiência passada e não tiveram possibilidade de se colocar devido a inviabilidade técnica na continuidade da gravação da audiência. Jose Silvino, da localidade de Cassange, solicita a suspensão do evento, pois o ambiente não favorece as condições sanitárias, por falta de água nos banheiros. Silvio informa que já solicitou a resolução do problema nos banheiros e se compromete a tomar novas providencias caso não seja resolvido no decorrer do dia. Marina questiona se a ata já está disponível no site. Juliana responde que está fazendo o “upload” neste exato momento. Silvio informa que todas as criticas e contribuições são incorporadas no documento e áudio e vídeo. Fagner inicia a leitura da ata da décima terceira audiência pública e Juliana faz as correções necessárias em tempo real. Fagner lista as contribuições dadas por escrito e documento do conselho estadual das cidades e o abaixo assinado sobre o cancelamento da audiência devido ao Enem. Silvio abre a plenária as correções da ata. Marcos Antônio, coloca que as atas não trazem o que de fato aconteceu. Informa que em nenhum momento coloca a questão de ordem. Questiona que não foi identificado. Informa que no inicio sua fala foi cortada e que o áudio seja ouvido novamente e fala do seu repudio da audiência está concorrendo ao ENEM e solicitou que pudesse agendar novas audiências já que aquela está esvaziada. Solicita alterações e inclusões do seu nome completo. Informa que sua última fala está diferente, que a audiência descumpria o regimento pois a apresentação não possibilitava acompanhar e que o PDDU estava para planejar a cidade e resolver os problemas e sugere uma aprovação de uma ata que vai atender à vontade cartorial e em nenhum momento cita que o cidadão a todo momento solicita que novas audiências sejam realizadas. Mudar para a audiência foi interrompida e não encerrada por questões estruturais. Juliana pede a palavra e informa que os registros de áudio e vídeo compõem a ata e não precisa ter receio de falta de registro. A ata é um registro e não uma transcrição completa de tudo que foi pontuada e que ele pode colocar a proposta do seu texto por escrito e inclui antes de fechar a ata ou encaminhar posterior, sendo uma pratica que está sendo feita em outras audiências sem prejuízo para não ter perda de tempo de discussão. Silvio informa que a ata é o registro

histórico do que acontece na audiência e por isso a preocupação de gravar as falas e a suspensão da audiência por conta da falta de continuidade de gravação. Silvio solicita que todos usem no máximo os 3 minutos para sua fala para que todos possam se pronunciar. Silvio informa que a mesa sugere que seja formulada por escrito as reformulações da ata e dessa forma será melhor para a qualidade do documento final. Joaquim Laranjeiras, para ficar registrado de forma definitiva, faz a leitura do artigo 11, inciso 9 da minuta, 'pessoa com deficiência' na minuta com incongruência. Silvio informa que a minuta que está em objeto de discussão é a primeira e que a sua sugestão já está incorporada para quando forem incorporadas as contribuições da sociedade será corrigida. Solange, Presidente moradores de Cassange, solicitou para inserir Ipitanga 2 e 3 ao parque 1. José Silviano solicita para reforçar na ata a fala de Flora na manutenção da área rural como importância para a economia e a importância de a capital ter uma zona rural e cita como exemplo Porto Alegre e que essa proposta não atende a população de Cassange, mas para toda a população local e agradece a Dr. Hortência que tem ajudado a manter esta discussão. Repudia e sugere que todas as atas sejam corrigidas durante a audiência e discorda das propostas serem entregues depois. Silvio reforça que a ata é síntese de tudo e destaca que áudio e vídeo brutos transcrevem as falas. Ticão, coordenador estadual da unegro, solicitou algumas correções. Solicita a elaboração de um documento com um diagnóstico do que foi feito e que seja realizada a cada revisão do plano para saber o que foi revisada. Propõe a reestruturação Conselho para que ele seja deliberativo e consultivo em relação a gestão do Fundurbs. Sílvio agradece a presença dos vereadores Kiki Bispo e Silvio Humberto e questiona se tem algum membro do conselho municipal para fazer parte da mesa e cumpra o regimento. Saraiva faz composição da mesa. Gilson Presidio, grupo Ecológico Jetibá, garantia a soberania da plenária, informa que ficou acordado que os documentos entregues seriam realizados em sumario e que não houve essa soberania a plenária e reforça a colocação de Marcos Sampaio, que a audiência foi suspensa e nem encerrada. Silvio informa que a audiência do sábado estava prevista para terminar as 15hs e ela foi estendida até as 17hs e que ele declarou encerrada a audiência e que foi debatida a minuta por 8 horas e foi completa a pauta do dia e as pessoas que quiserem iniciar hoje estarão em seu direito. Gilson solicita que seja garantida a solicitação da plenária e que seja chamada para fechar as decisões necessárias. Silvio informa que todas as divergências e não pode submeter a plenária de decidir ou não o encerramento da audiência e foi feita a decisão de interromper ou não e que a mesa seria a responsável por essa decisão. O regimento fala de consonância da plenária. Arilma Barreto, Participa, solicita que conserte a sua fala no momento da apresentação das propostas, informa que solicitou um cronograma para os próximos passos e quantas audiências serão realizadas a discussão da segunda minuta antes da apresentação do projeto de lei e informa que espera que todas as questões sejam respondidas. Silvio pede a plenária o direito de todos falarem. Informa que as propostas desse documento serão realizadas depois do encerramento das colocações da ata. Carl pede uma correção no item que trouxe a lei 8165. Raimundo quer pessoas que quer participar em defesa da cidade. Informa que deve olhar não só a orla, mas também pelo gueto. Silvio solicita o foco na ata no momento e na audiência e evitando

conversas paralelas que atrapalha inclusive o áudio. Manuel Conrado, liderança do bairro da Calabar, informa que a prefeitura realize um grupo de estudo para levantar outras áreas de quilombo. O mesmo questiona quantos os estudantes estão na plenária e houve reação da plenária. Informa que o prefeito deve ser parabenizado e deve ser reconhecido. Silvio reforça se o cidadão tem mais alguma inclusão na ata. Registra presença do vereador Nilton Coelho. Participante disse que não teve tempo para falar sobre o Vale do Paraguari na ata e uma visita técnica naquela região que é um rio e local de mata atlântica e existem várias intervenções do governo do estado que está prejudicando aquela região. Informa que esta contemplada com a reunião passada e que a mesma foi legitima e reforça que aconteceu de 9 as 17hs. Dora solicita que sejam colocadas nesse momento apenas a correção no que foi dito e escrito e as novas informações sejam colocadas na audiência de hoje. Mozart Estrela, técnico da comissão de planejamento urbano, o período foi registrado de forma errada, pede que retifique os horários de estudo de sombreamento 09:00, 13:00 e 17:00. Repudia informando que colocou que não tinham mais condições de continuar a reunião e quer tirar a dúvida se o secretário realmente encerrou a audiência passada. Solicita um PDDU que pense no subúrbio como uma nova centralidade. Pondera que seja exposto o vídeo para tirar duvida sobre encerramento da audiência anterior. Marcos Antônio repudia a audiência ocorrida no sábado concorrendo ao Enem e informa que é papel das lideranças incentivar que os estudantes façam parte das discussões. Informa que está presente hoje para garantir o que foi dito na audiência passada. Informa que têm 500 anos o povo negro está excluso e como exemplo disso é a sua condição de moradia em encostas. Questiona onde está a escadaria dos bairros no PDDU. Informa que não estão nessa audiência não estão aqui para defender as propostas de partidos. Solicita correção e sua última fala e informar que o PDDU deve resolver os problemas de mobilidade e falta discutir os trânsitos de Cajazeiras e Cosme de Farias como exemplos. Informa que foi solicitado encerramento da audiência e o secretário informou que a interrupção final seria decidida pela banca e solicita novamente o vídeo. Silvio solicita a ordem na plenária. Marcos informa que para concluir sua fala que um homem público não pode faltar com a verdade e que foi dito que a audiência estava suspensa porque o cartão de filmagem havia encerrado. Reforça que a prova que a audiência não foi concluída é que será dado a palavra as pessoas que se inscreveram na audiência passada e não puderam dar continuidade. Silvio solicita a palavra e informa que nunca faltou com a verdade e sempre respeitou a todos, mesmo que nem todos concordem com o mesmo e releu o regulamento dando à mesa a prerrogativa de continuar ou não e isso já foi externado desde a segunda audiência. Reforça que houve uma garantia de fala daqueles que não conseguiram se pronunciar como ocorrido na ultima audiência. Flora solicita que corrija que não houve um retorno formal sobre o que está escrito no plano e que houve equívocos grandes e que houve apropriação das suas falas e que não podem ir adiantes antes de passar pela comunidade de Cassange. Informa que aquela área deveria retornar a ser rural, como na pratica e que seja resgatado e que isso abre porta para um novo polo econômico. Presença secretário Marcilio Basto. Fagner reforça que esta discussão é só para discutir a ata da reunião passada e aqueles que se inscreveram e não é sobre essa demanda que retomem os crachás.

Marina Teixeira solicita que fique claro que vem sendo apresentada nas audiências a estrutura da minuta e não a minuta. Silvio esclarece que essa fala não havia sido dita e que vai ser colocado nessa ata de hoje. Marina informa que não viu o titulo que foi finalizado e ratifica que ainda estão discutindo o quarto titulo. Informa que o secretario retira o poder da plenária quando coloca que será quando julgar necessário e que houve um esvaziamento da plenária e que ele decide sozinho pela continuidade da audiência. Silvio informa que essa fala só reforça que eles buscam assegurar a todos que se fizeram presentes o exercício e direito de continuar ou não das pessoas. Reforça que a partir do momento que houve divulgação e um esforço para o acontecimento da audiência foi dado direito que todos falassem. Marina solicita que Silvio releia o regimento. Silvio continua sua leitura e informa que confere a prerrogativa da mesa de continuar ou não a continuidade da audiência. Reforça que sempre buscou ter o máximo de audiências e horas possíveis. Silvio reforça que o grande objetivo é discutir a minuta e enquanto houver inscrições novas para reescrever a ata. Ivana reforça o erro na ata ao final quando diz que a audiência foi encerrada. Informa que solicitou que fosse corrigida a inclusão de 30% do recurso do Fundurbs e não 10% como colocado. Solicita a impressão da ata para leitura de todos na plenária. Marcelo Leite, comunidade de Valeria, informa que acredita na gestão do prefeito e informa que necessita da mobilidade urbana do seu bairro. Silvio busca explicar que estão discutindo a ata no momento para fazer os ajustes necessários e que as colocações sobre a minuta serão feitas em momento posterior. Heloyvaldo solicita mudança em suas falas na ata. Silvio informa que já foi resolvido o problema de água no banheiro. Reforça que pode fazer outras colocações sobre a ata por escrito para ocorrer avanço as discussões. Henrique Barreiros, representante conselho estadual das cidades e conselheiro municipal da cidade, reclamou que não consta na ata a leitura dos 18 itens lidos antes de entregue e pede correção do seu sobrenome. Informa que solicitou que a área do Porto da Barra apresentada como uma área de visualização e preservação da flora que fosse frisado como área de observação do mar para terra e cita os fortes e reforça que precisa ser preservada. Marcos pediu a palavra, por questão de ordem, pede que a mesa dê garantia de ampla participação do cidadão. Questiona que seja incluso na ata as falas tanto dele quanto de Silvio acerca do encerramento da audiência anterior. Silvio abre a discussão com as perguntas feitas no Participa Salvador, enviadas por email. 1°Silvio afirma que receberá todas as considerações, todas serão consideradas para a construção de uma nova minuta que será apresentada ao Conselho Municipal que, por sua vez, seguirá todo o processo legislativo determinado pelo Estatuto da Cidade. 2°Afirma que o site será mantido, mesmo após o final do processo do Salvador 500, assim como os documentos estarão disponíveis permanentemente na Fundação Mário Leal Ferreira. 3° Acerca da metodologia, Silvio diz que tentou-se seguir um sumário preestabelecido, todavia, em razão da dinâmica das audiências e diferentes questões postas pelos presentes. Cidadão pede a palavra, por questão de ordem, e pede que seja transcrito na integra as considerações dadas neste 14° audiência, em razão de que este acredita que será mais difícil fazer alterações posteriores. Vereador Gilmar Santiago, pede a palavra, por questão de ordem, questionando o encerramento da audiência anterior, pede que a audiência de hoje seja tida como a

conclusão da audiência do dia 24 e que a audiência agendada para hoje (26) seja remarcada para uma nova data para maior proveito e participação dos presentes. Vereador Hilton Coelho afirma que um plano, tal qual o PDDU, não deve ser feito às pressas, se posiciona a favor a proposta do vereador Santiago de continuação da audiência anterior (24) na audiência de hoje (26) e propõe a elaboração de um novo calendário de discussões. Afirma que o rito da Câmara dos vereadores pode ser um pouco menos democrático que as discussões feitas nas audiências. O mesmo apela por um novo calendário, mais democrático, tranquilo e legítimo. Parte da plenária manifesta-se clamando por mais audiências. Silvio pede seu direito a palavra para responder os questionamentos dos vereadores. Silvio afirma compreender a posição dos vereadores e presentes, reforçando que o direito à palavra tem sido garantido a todos. Continua afirmando que esse processo não se encerra no Legislativo, segue para o executivo, ou seja, não acredita que se dará as pressas como foi dito. Reforça que o plano não é político-partidário, mas de toda a cidade e da gestão. Vilma Reis afirma que a tensão é inevitável em vistas da relevância do plano que pertence à toda a cidade. Pede que a representação da prefeitura na audiência aceite o pedido de ampliação da quantidade de audiências. Questiona a possibilidade de supressão da sociedade compreender o que se passa no processo de construção do PDDU. Afirma que todos têm o direito que compreender o processo de modo mais tranquilo. Cita a convenção 69, fundamentando suas considerações e reforça o pedido de mais audiências. Silvio reitera que o processo de construção do plano não se exauri aqui. Silvio, em resposta ao questionamento 4°, afirma que, quando da consolidação do que for produzido a partir das audiências, se encaminhará tudo para que seja seguido o processo legal e todo o rito devido. 5° A partir do dia 27 se começará a publicar as respostas as questões encaminhadas, contribuições vindas de diversas partes da cidade, por cidadãos diversos. Silvio continua afirmando que não há um prazo máximo definido para finalização do processo, apesar de se haver uma previsão para os dias 10 ou 11, mas se tentará responder todas as questões no tempo que for possível. 6° Todos os formulários e fichas produzidos estão sendo agregados para, posteriormente serem encaminhados, juntos, ao documento que será arquivado na Fundação Mário L. Ferreira. 7° Os os documentos já estão disponibilizados no site, segundo Juliana Paes, desde a manhã do dia 26. Marizete, por questão de ordem, questiona a falta de ordem da audiência, assim como os gritos, apitaços e conversas paralelas. Vereador Hilton Coelho, por questão de ordem, pede que seja feito, tão logo, um consenso entre mesa e plenária acerca do pedido de mais audiências. Silvio responde que desde 15 meses atrás foi deixado claro que seriam agendadas tantas audiências quantas fossem necessárias, todavia, afirma que, nesse momento, há que se encerrar um ciclo, em vistas de amadurecer o que já foi produzido até agora. Afirma, ainda, tem plena convicção que o processo ainda está no início e a Câmara continuará o processo. Henrique pede a palavra propondo a mesa que se verifique a quantidade de tempo dispendida em leitura de atas, propondo que, caso esteja certo, seja dada mais 50% de audiências do que já foram realizadas. Marcos afirma que a mesa não pode tirar a soberania da plenária, mas sim, ser facilitadora. Continua afirmando que se deve ouvir a plenária que pediu por mais audiências. Pede que o secretário tenha bom senso e coerência na condução do processo, visto que as

pessoas que estão presentes querem apenas o direito de contribuir na realização do processo, especialmente os de bairros periféricos. Silvio responde que o executivo e legislativo, ambos, estão comprometidos com o benefício da sociedade. Afirma que já lhe foi encaminhada uma minuta de plano de trabalho e continua dizendo que entende que os vereadores, mais do que o executivo, podem conduzir a continuação do processo de construção do plano. Cidadão pede a palavra e pontua que ainda temos problemas seculares e pede que não haja pressa na construção do plano. Pede, ainda, que se dê mais espaço de tempo para que ao menos uma quantidade mínima da população soteropolitana seja ouvida. Carl pergunta ao secretário se a pressa é em razão de suposta impossibilidade de aprovação de qualquer solicitação num ano de eleições, como será 2016. Continua dizendo que melhor é que construamos a construção do plano agora a fim de que não se tenha um plano com um numero exaustivo de emendas, tal qual o anterior. Logo, melhor que seja exaurida essa discussão junto a população antes do encaminhamento à Câmara. Silvio, acerca das emendas parlamentares, afirma que não se pode retirar o poder dos vereadores de incluir emendas, caso pense que necessário. Cidadão pede questão de ordem, afirma conhecer a importância do legislativo, mas diz que entende que o período de discussões ainda não deve ser finalizado. Continua dizendo não saber quais as regras definidas. Interrompeu-se para avisar que seriam feitas inscrições para os pedidos por questão de ordem, em razão do expressivo número de partícipes interessados. O cidadão continua acusando haver uma intencionalidade de se retirar os cidadãos da periferia de ocuparem os centros da cidade. Marco Antônio afirma que, em sua ultima fala, não questionou a idoneidade do legislativo e chama a atenção dos representantes de comunidade para o caso do ocorrida na Av. Bonocô, no gasto de milhões para uma área de lazer no centro da avenida que recentemente, em razão das obras do metrô, todo o investimento foi perdido. Pede que se coloque ao plenário para que se defina acerca da quantidade de reuniões. Joaquim afirma que foi dito que na Ata seriam inseridas todas as colocações e, ainda, haveria uma audiência específica para discussão de todas as atas. Desse modo, propõe que se faça uma audiência subsequente à ultima para discussão de todas as atas. Cita a Lei 5694/2006 que pede que se evitem estrangeirismos na construção da lei, logo pede que, no plano seja feito como a lei propõe nesse sentido, facilitando a compreensão do cidadão. Propõe, desse modo, mais audiências. Osvaldo Conceição, representante de Nova Esperança, sinaliza o descaso que vem ocorrendo no município no tocante à questão ambiental. Afirma que muitas das propostas feitas em 2004 e 2006 para proteção daquela área – revitalização da Barragem e mudança da “cara” da comunidade. Um processo com previsão de conclusão de 18 meses, passados 90 meses nada foi feito. Sinaliza, ainda, o derramamento de esgoto na Barragem Ipitanga 3, evidenciando a emergência de atenção para a área. Pede, portanto, que se insira a área no projeto do Parque Ipitanga. Fagner, esclarece a que se trata o pedido de “Questão de ordem” – que se refere a cumprimento de regimento ou legislação. Marina pede que sejam respondidas as questões deixadas na audiência passada, e questionada, ainda, pelo princípio da transparência, que seja publicado um cronograma e metodologia com uma antecedência coerente. Isto de modo que o processo não seja atropelado e incoerente. Cidadão questiona ao não encerramento

da audiência do dia 24 e questiona, ainda, o curto tempo para discussão dos diversos pontos e subáreas que o PDDU contempla. Questiona, ainda, como a prefeitura responderá, em tão pouco tempo, às questões enviadas por email e pelo site e, ainda, quais as garantias de que esses questionamentos serão validos frente as reais demandas manifestas pela sociedade. Questiona-se, ainda, a metodologia truncada que está sendo adotada pela mesa. Cidadão questiona a falta de reuniões com obras realizadas pelo governo do estado e afirma que, sim, o debate tem sido democrático. Dr. Tânia, em resposta a questão posta por Euller, esclarece alterações feitas no zoneamento, especialmente as barreiras que cria a especulação por parte do capital imobiliário. Continua afirmando que, em razão da não demarcação de algumas áreas, houve a fuga de certo estratos da população para áreas que não oferecem adequadas condições de segurança. Desse modo, Tânia afirma que, hoje, se tem dado atenção aos vazios dentro da cidade, de modo que este possam ser protegidos do capital imobiliário. Cidadão rebate afirmando que não vale apenas a demarcação como ZEIS, mas diz que é necessário ser discutido, de fato, as discussões na cidade. Continua dizendo que, mais do que se discutir com instituições patronais, há que se considerar a voz dos cidadãos que são os que mais entender do seu próprio bairro. Cidadão mantém seu posicionamento dizendo que não se ouviu a população do Nordeste de Amaralina. Tânia esclarece sobre o que Silvio afirmou sobre a reunião de hoje ser a ultima, dizendo que o secretário apenas seguiu o que o calendário já previa, não invalidando a possibilidade de novas reuniões. Afirma que foram montadas metodologias de trabalho técnico e de participação social e, a medida que se trabalhavam essas metodologias, as mesmas eram modificadas e adaptadas. Afirma que, sim, planejamento é um processo contínuo. Cidadão rebateu dizendo que não disse que a metodologia era inexistente, mas inadequada. Dora esclarece, em razão do grande número de inscrições por questão de ordem, que as inscrições de momento devem ser direcionadas exclusivamente a isso. Arilma fala, por questão de ordem, que o artigo 22 do regimento está sendo violado – que prevê um período máximo de 20 dias úteis para a avaliação e inserção ou não das solicitações – visto que o secretário Silvio não estabeleceu um prazo final para essas respostas. Silvio afirma que foi justamente isso que foi dito e que, antes de ser enviada a minuta a câmera, esta será revista na íntegra. Caroline Alves acusa a não inserção de questionamentos na Ata, especialmente algumas pessoas que não falaram no microfone. Pergunta, ainda, como os cidadãos poderão fazer sugestões e propostas de melhoramento do texto da ata. Juliana Paes responde que esse processo não é recente, vem sendo realizado desde o início do processo. Reforça que a equipe do plano tem se esforçado para cumprir o prazo de 20 dias úteis para responder aos questionamentos. Caroline pergunta como pode fazer suas propostas de retificação, visto que identificou inconsistências na minuta. Dora esclarece que, caso alguém identifique seus questionamentos nos de algum companheiro que já as fez, que deixem de fazer seus pronunciamentos para que não hajam repetições. Lazaro Santos sinaliza a repetição de erros passados, visto que ao meio da reunião ainda são discutidas questões passadas. Silvio afirma que a questão já foi respondida pela mesa. Mozart questiona a não inserção de algumas sugestões feitas nas audiências passadas. Juliana reforça que todas as sugestões têm sido colhidas e que tem se

esforçado para cumprimento do prazo já tido de retorno para as sugestões feitas oralmente e por e-mail. Marcelo Leite inicia falando sobre o bairro de Valéria e Fagner solicita que o cidadão se inscreva no momento oportuno. João de Jesus também inicia falando sobre o bairro de Valéria. Silvio solicita que não utilizem a questão de ordem em momento inadequado. Que deve ser citado o artigo do regimento que se trata a questão de ordem solicitada. Mais uma vez Fagner informa que deve deixar o seu pleito para um momento oportuno. Silvio solicitou que o Sr João continue a sua fala, já que a plenária não se pronunciou contra. Ele comenta sobre as crianças e jovens que vivem no bairro e precisam de mais atenção. Heloyvaldo solicita que fosse inclusive à questão da flora e fauna. Juliana informa que já foi incluído a sua fala. José Antônio Souza, representando a comunidade de Palestina, desperta os políticos para que seja visto o seu bairro e não somente a Barra e Pituba. Coloca que está sem escola e a solução que foi dada não está resolvendo. Informa que o bairro recebeu a Prefeitura, mas até o momento nada foi feito, exemplificando o caso do lixo e dos insetos. Abordou a necessidade do projeto de escadaria. Reforça que a Palestina tem 30.000 habitantes, que representa uma cidade média do interior. Informa também que não tem investimento na formação dos jovens e que falta compromisso com a vida humana. Continua reforçando que tudo isso precisa ser incluída no Plano 500 e apesar de não ter estudo, ele tem clareza do que está ocorrendo, por isso a necessidade de consciência politica ao povo. Fagner solicita passar a palavra para outro cidadão, pois o mesmo já tem 10 minutos falando, excedendo o tempo estimado. Marina comenta sobre o regimento que não está disponível para leitura previa e faz a leitura do artigo nono do regimento. Informa que acessa o site do plano mais de uma vez por dia e diversos relatórios não estão constando e que o prazo é de 20 dias úteis. Reclama de sugestões que foram dadas e acatadas, segunda a cidadã, pela bancada e não inserida até então. Faz a leitura do artigo 19, paragrafo primeiro, informando que as contribuições feitas por escrito sejam lidas para que os demais participantes tenham acesso e que isso está difuso no site do plano. Solicita uma resposta da mesa, pois vem sendo descumprido. Silvio informa a respeito do artigo nono que ao longo desses 15 meses sempre procuraram dar todas as explicações e disponibilizar todas os documentos, inclusive com criticas publicados, cumprindo a sua obrigação legal como servidor público. Informa que existem diversos profissionais baianos envolvidos no projeto e não somente pessoas de fora da cidade. E sobre o artigo 19 o mesmo informa que estão recebendo muitos questionamentos, além de muitas intervenções e manifestações que não permitem a leitura de tudo. Marina informa que não respondeu sua primeira questão. Silvio solicita que releia. A mesma faz novamente a leitura e reforça que não tem retorno das proposições e questionamentos feitos pela plenária desde a sétima audiência. Dra. Tânia informa que estão devendo os relatórios, mas tudo que o integra está publicado. Houve parada para manifestação de um cidadão, onde a plenária solicita sua saída alegando machistas. Tânia informa que a mesa não está sabendo o que está acontecendo. Uma cidadã pede a palavra e informa que não estão por questão partidária e informa que as mesmas são comandadas por um vereador. Uma cidadã solicita respeito às mulheres que estão presentes. Silvio solicitou o corte dos microfones e pede que seja restabelecida a ordem para dar continuidade à audiência. Reforça que todos terão

direito a falar, sem violência e discussão. Uma cidadã reclama de um participante que julgou ela e suas colegas e coibindo as mesmas. Ela ratifica que a violência e machismo não irão calá-las. Informa que respeito é palavra de ordem e cita a lei Maria da Penha. Reforça a agressão sofrida. Coloca que existem questões que precisam ser discutidas pelo plano diretor como a questão de gênero e cor. Tânia solicita a palavra e informa que não admite qualquer tipo de preconceito e informa que a mesma já ouviu comentários a seu respeito e solicita respeito à condição da mulher. Silvio reforça que esse momento faz a discussão do plano diretor é um debate politico e que tem que ser assegurado o direito a todos falarem. O mesmo ainda comenta que devem respeitar o direito da mulher de falar e não aceita nenhum tipo de retaliação e solicita retomar o plano diretor. Fagner tenta retornar as questões de ordem. Silvio solicita que Fagner deve abrir para as perguntas das plenárias. Uma cidadã, que não informou o nome, reclama que foi abordada pelo policial na entrada e que não viu pessoas brancas sendo abordadas. Jorge pede uma questão de ordem para poder ter seu direito de resposta. Silvio solicita que o mesmo se inscreva e no momento oportuno ele fala. Tânia solicita pausa de 10 minutos para um lanche, mas a maioria não aceita e prefere continuar o debate. Silvio solicita novamente que evitem as conversas paralelas, contribuindo para uma melhor discussão. Henrique Barreiros informa que quer voltar ao tema das ZEIS, já colocado por Eudes, que de um lado é um avanço da prefeitura, mas por outro lado é um problema se não forem definidas as diretrizes, prioridades e prazos do plano de consolidação delas. Informa também que não se define urbanização em cada uma dessas ZEIS e não está esclarecido de que forma será contemplada, já que esses recursos não são as mesmas destinadas para minha casa e minha vida, que é originada por outros recursos. Informa que tem um documento com 12 itens de propostas e que entregou o documento na última audiência e solicita que conste por escrito nesta ata de hoje. Marcos Antônio informa que a audiência não contempla o artigo 20 e com isso reforça que essa não está sendo uma nova audiência. O mesmo traz os erros cometidos no PDDU de 2008 e traz os mesmos problemas: participação popular insuficiente, linguagem que a população desconhece e o acelerado prazo para discussão na câmara. Questiona qual o destino será dado ao gabarito da orla e sua preocupação maior são qual o benefício que o PDDU vai dar a Cosme de Farias. Silvio informa que a comparação do plano diretor que foi provocado informa que é diferente, que tem 15 meses tendo oportunidade de participar e de consultar os documentos e reforça que não tem como fazer nenhum paralelo. Juliana traz a questão do gabarito e informa que a minuta discutida e informa que todo material que é de LOUS está saindo do plano diretor, onde não é seu lugar de discussão e em um momento oportuno essas questões serão discutidas. A mesma volta a explicar quais as pautas de discussão dessas audiências. Reforça que está tendo uma distorção e informa que não estão buscando sombrear área e recomenda a leitura das recomendações e que tudo isso constará na LOUOS e será debatido neste outro momento. Afirma que não há intensão de prejudicar a orla e as praticas de esportes e muito menos os cidadãos. Thiago Brasileiro traz para a mesa as questões levantadas pela Dr. Hortência na última audiência. Silvio responde que de fato estão em vigor e tem eficácia hoje e por isso estão sendo inseridas no plano. Coloca enquanto as leis do PDDU anterior estiverem em vigor deve ser

respeitado e após avaliado nesse novo plano. Thiago questiona sobre os próximos debates. Silvio ratifica, como já havia respondido pessoalmente, que terão debates da LOUOS e reforça que nesse momento será tratado o que for matéria do PDDU. Tiago Brasileiro, coloca a questão que as duas leis colocadas por Dra. Hortência tem a ver com a regularização da SAVAM e determinam verticalização. Reforça que o material das oficinas de bairro é importante para o plano. Informa que na oficina da Ribeira foi colocado que a não verticalização no local é importante naquele local. Informa que é falta de respeito da mesa exigir que as pessoas ao pedirem questão de ordem tenham em mãos o regimento, pois nem todos tem esse conhecimento e acesso. Igor reforça que faltou um retorno à população referente aos resultados levantados nas oficinas realizadas. Solicita a incorporação entregue para que nas escolas os estudantes pudessem elaborar disciplinas para discutir tema de interesses deles e que fosse incluído o artigo 41. Requere que Tânia responda novamente sobre assentamento de áreas não urbanizadas e reiterasse o compromisso feito para ser registrado em ata. Gostaria que incluísse no artigo 41, inciso 3, nova alínea sobre a questão de educação. Retoma conversa que teve com Tânia sobre artigo 59, definindo deixar e esclarecer e que ratifique Tânia 272 – suprimir desapropriação para fins urbanísticos. Carl trata o meio ambiente, no título 4, artigo 36, que se não existem as macros demandas de preservação ambiental definido. Levanta a necessidade nesse artigo de ter metas de referência para preservação e sobre o artigo de zoneamento simplesmente reduz para um terço, metade, 20% da área de APCP. Sugere revogar essa lei até o plano diretor ser colocado. Informa que inclusive nessa lei aborda gabarito e colocar o plano diretor sem zoneamento não pode definir coeficiente do mesmo, que esta sendo colocado como uma densidade. Não adianta definir um coeficiente de verticalização onde não capacidade de suporte. José Gilson traz a região do subúrbio e solicita um plano de construção de encostas e que o sistema de transporte está um caos maior. Sugere uma estação central no subúrbio. Informa que não tem um projeto paralelo a embasa e na região da Manoel dendê os esgotos antigos estão instalados e nas chuvas transborda nas casas da população e as demais sugestões serão entregues como documento à mesa. Solicito que as pessoas que estão na plenária não defendam partidarismo e sim a cidade de Salvador. Silvio informa em compromisso que serão avaliados. Informa que a construção de algumas áreas passa pelo Iphan. E sobre as áreas de encosta já existe solicitação na câmara para defesa civil com mapeamento das áreas mais sensíveis que precisam de intervenções mais imediatas. Tânia respondendo a Henrique explica as ZEIS ocupadas e vazias e esclarece que os recursos minha casa e minha vida pode ser revertido para as ZEIS vazias, o que não pode ser utilizado é para urbanização das ZEIS ocupadas. Henrique informa que cobrou o plano de consolidação por ZEIS e que não adianta somente reconhecer. Tânia informa que compreendeu e que no sábado informou que a busca nessa politica foi simplificar as condições para urbanização dessas áreas para não precisar de muitos anos para regulamentar e dar conta de atender as famílias que estão nestas situações. Em relação ao tempo, para todos os itens, informa que o plano traz as estratégias e que as metas serão efetivadas no plano Salvador 500, que será mais eficaz em sua visão. Respondendo a Igor sobre o artigo 59 faz a leitura e pausa para pedir a atenção de

todos por se tratar de um assunto muito importante para as pessoas presentes. Informa que concorda no último ponto com Igor e que tem questões claras que não podem viabilizar. Ela que o termo inviabilidade técnica não retrata o necessário e acata a retirada do item. E sobre o retorno das oficinas informa que houve um relatório sintético e foi publicado, além de uma audiência especifica para fazer a devolutiva. E sobre as proposições que foram colocadas nas oficinas estão na visão de futuro e estratégias de macroáreas, que foram trazidas para minuta de lei. Informa que tem certeza que as pessoas que participaram das oficinas conseguem visualizar suas demandas na visão de futuro e no relatório publicado, salvo as questões emergenciais que foram trazidas. Respondendo José Gilson, Tânia coloca que de todos indicadores sociais, econômicos e urbanísticos que trabalharam para construção do PDDU o do subúrbio são os piores da cidade. Reforça que mais de 60% (66%) das ZEIS que serão criadas ficam nessa região. Considera o subúrbio a área prioritária no PDDU pelas questões já levantadas. Levanta que trazendo uma nova centralidade trará melhorias para aquela região. A mesma informa que foi a Brasília, para tratar do empréstimo de quase R$ 500 milhões para o subúrbio rodoviário. Esse recurso está praticamente confirmado, onde a Prefeitura entra com 50%. Fernando, respondendo a Carl, informa que o plano do meio ambiente deve sair em um capitulo na minuta final. Marina pede esclarecimento do item que está em discussão e qual o instrumento jurídico urbanístico no plano diretor para criação de áreas publicas e que não estão especializadas. Solicita também a publicação dos mapas de investimentos públicos, incluindo cronogramas e prazos. Reforça a disponibilização de toda documentação especifica sobre a aplicação de cada documento urbanístico de forma transparente. Solicita a publicação da auditoria da transcom, realizada no inicio dessa gestão. Como esta propondo a aplicação do recurso urbanístico, sem ter parado e analisado de fato o que aconteceu. Ainda solicita que a mesa conseguisse com a câmara de forma clara quais as emendas aprovadas e reprovadas e o tipo, tema da proposta e uma breve descrição, os atores e os resultados. É agradecida a presença Ouvidor Geral do município Humberto Viana. Igor informa que Tânia não respondeu algumas questões colocadas anteriores, sobre a introdução nos currículos escolares e vai entregar a proposta por escrito a mesa e sobre o artigo que prevê a desapropriação de áreas para fins urbanísticos. Solicita que a desapropriação para fins turísticos. Aponta a linha viva como ameaça para as populações e contrária ao próprio PDDU que deve priorizar energia limpa. Ivana Chastinet, traz a questão da FIPE e que tem a ver com o PDDU, já que sua ideia original é validar valores de carros usados. Informa que a FIPE não tocou questão da cor e raça e questiona porque a FIPE foi convidada para fazer essa consultoria já que não tem afinidade aparente. Informa que está tendo fora da plenária uma nota de repudio, agradece a mesa pelo apoio e que a mesma tome uma atitude com esse cidadão. Silvio permitiu o prosseguimento da leitura da nota de repúdio. A cidadã lê a nota de repúdio em razão ao posicionamento de um dado cidadão não identificado que, segundo a mesma, ofendeu dado grupo de mulheres. A cidadã ressaltou, todavia, que, apesar de no texto da nota ser dito que a mesa não se pronunciou frente ao fato, a mesa se pronunciou, sim, e apoiou o proposto. Pediu a identificação do agressor para devida punição do indivíduo. Henrique fez a ressalta, já

feita pela leitora da nota. Talita relata como foi agredida por um dos partícipes e pede respostas de Tânia. Tânia responde dizendo que não se lembra do ocorrido, em razão do tumulto que se gerou no momento. Houve intensa manifestação de um dado grupo de partícipes no momento. Silvio pediu a todos que voltassem a seus lugares a fim de manter a ordem e dar prosseguimento a audiência e passou a palavra a Tânia. Tânia reiterou que não se recorda do ocorrido com Talita, mas disse que jamais deixaria passar em branco qualquer tipo de ação contra a mulher ou qualquer outro tipo de atitude agressiva. Tiago, direcionando questão a Tânia, aponta contradições em razão do plano não estar sendo subsídio para a construção da minuta. Aponta também a defasagem de 8 anos que o plano que está sendo elaborado agora terá visto que só poderá entrar em vigor em 2023. Questiona, ainda, o fato de que as diretrizes específicas, tais quais as questionadas por Henrique, sejam tratadas como “projetos”, como foi respondido pela mesa, na figura de Tânia. O mesmo acredita que existem buracos no PDDU. Afirma que será prejudicado caso a reunião de hoje seja a ultima, visto que a população não mais poderá propor soluções ao ultimo texto. Tânia afirma a decisão tomada em reuniões anteriores de mudança da metodologia, onde não mais se trabalha de forma discriminada por títulos/temas, mas todos têm direito de opinar em todas as questões. Tânia, acerca da FIPE, esclarece que a FIPE não é uma fundação que tem competências unicamente para o mercado de automóveis. Esclarece, também, que na FIPE além de profissionais da USP, existem também consultores da UFBA. Porém a responsabilidade é da prefeitura de Salvador. Sobre o questionamento de Tiago, Tânia diz que se quis montar uma metodologia inovadora, traçando as diretrizes-base para 2049 e, a partir disso, trazer o que fosse cabível para o PDDU, como alguns até alcunharam o PDDU de subproduto do planejamento estratégico para os 500 anos de Salvador – o que Tânia não concorda. Esclarece-se que se tem trabalhado, não um PDDU de 8 anos, que é o horizonte temporal da revisão do PDDU, mas, para esse plano, o horizonte temporal é de 35 anos. Concorda que existem questões que merecem atenção maior, todavia o PDDU deve deixar claro o que se pensa para longo, médio e curto prazos – ou seja, quais as diretrizes-base e quais as prioridades. Ressalta que deve ser entendido que o planejamento é de 35 anos, lembrando que a proposta é que hajam políticas de acompanhamento do que foi produzido a fim de que possam haver revisões periódicas dos possíveis erros ou omissões do Plano. Acerca da mudança no artigo 6°, Fernando apresenta o interesse de deixar clara a articulação do PDDU e do Plano Salvador 500. Silvio também repete que não há nenhuma inovação, apenas se está seguindo as leis federais que tratam da matéria, todavia afirma que será revisto a fim de ver possíveis equívocos. Lucas de Luís Anselmo afirma acompanhar todos os debates, se mostra incomodado com a apresentação técnica de Fernando no tocante a questão ambiental. Mostra-se a favor de mais audiências a fim de atender melhor as populações periféricas e demais comunidades. Reforça que não tem visto efetividade das prefeituras-bairro na aproximação da comunidade com o poder público. Silvio esclarece, ainda sobre a agressão de Talita, que a pessoa que fez a agressão não é funcionário da prefeitura e não tem nenhuma relação com a prefeitura. Lucas manifestou apoio ao ocorrido a Talita. Maura reforça a necessidade de mais tempo para a discussão do PDDU, em razão da falta de conhecimento da população acerca

das questões discutidas nas audiências. Entrega também um manifesto por um PDDU popular. Afirma que as pessoas que conhece não entendem a linguagem falada na comunidade. Faz-se a leitura do manifesto contra o “PDDU machista e higienista” afirmando que este não atende ao que foi apontado pelo movimento. Apontou, ainda, haver ausência de estudos da FIPE sobre a questão negra, fragilizando ações direcionadas ao público negro e as comunidades. Acusa a pouca atenção dada a questão negra, apresentada apenas em 3 parágrafos, das mais de 500 páginas do Plano. Afirma, também, que não houve resposta ao manifesto entregue em audiência do dia 07.10. Uma das integrantes do movimento lê manifesto direcionado contra verticalização da orla da Praia da Preguiça e entrega “Prêmio trator de Ouro” em manifesto. Cidadã também acusou um dos membros de ter se dirigido a elas como “quadrilha” e reforça a importância da organização social na solicitação das demandas das comunidades. Cidadã, em manifesto, entrega saco de cimento em manifesto ao sufocamento de árvores na cidade. Silvio pede ordem e afirma que todos os documentos, irônicos ou não, serão respondidos. Dr. Hortência, pelo MP, passa para a mesa um documento com 84 recomendações que facultam ao município responder ou não. Uma das recomendações trata do CAMIN que afirma que cada propriedade que usar de 0,05 a 0,10 do terreno atenderá a função social do local. Pede explicação técnica pela decisão dessa medida, que favorece a subutilização de imóveis, visto que o PDDU garante isso. Cita o exemplo de São Paulo, que estabelece limites de 30 a 50% do terreno. Assim encerram-se os questionamentos restantes da audiência do sábado (24). Silvio informa que a manifestação do ministério publico é algo novo nesse plano diretor e informa que esta disposto a ouvir e acredita que deve ter elementos para reflexão e que pode gerar mudanças nos números. Informa também que será encaminhada a Câmara e ela poderá fazer uma nova proposta. Arilma pede questão de ordem e cita o artigo violado é o oitavo, paragrafo primeiro, informa que todas as pessoas precisam ser identificadas para participar da audiência e isso vai de encontro ao que Silvio falou, que qualquer cidadão pode participar. Solicita um membro no conselho, que não estava mais na mesa. Convida Henrique para compor a mesa, mas uma cidadã se identificou como conselheira do município. Respondendo a Arilma, Silvio informa que tem toda possibilidade de identificação, mas como é o órgão publico não pode cessar o direito de quem quer transitar. Eudes informa que Seu João de Valeria não tem obrigação de saber de regimento, que foi aprovado em uma greve de ônibus, e que as pessoas tenham o direito de falar sobre seu bairro a partir da sua inscrição. Informa que não dá para construir o PDDU da forma que esta sendo feita, de forma cartorial. Coloca que as pessoas do Nordeste não se sentem representada por este PDDU. Levanta que, em sua opinião, não houve divulgação em massa dessas audiências e o povo não tem conhecimento. Sra. xxx informa que sua intenção ao sentar na mesa era negociar mais audiências e informa que se retira da mesa e convida Henrique. Eduardo Queiroz pede uma questão de ordem e informa a mesa que a quase a todo momento falta respeito aos companheiros, que existe obrigação da mesa acatar. Informa que Marcos ocupa um cargo de relevância publica. Ratifica que o PDDU é um ‘bolo pronto’ e não representa as comunidades, já que não cita diversas comunidades e informar que tem que provocar, esvaziar o plenário e denunciar o ministério público.

Informa que Salvador está loteada pela Câmara de vereadores e exemplifica o seu bairro em Cajazeiras. Coloca que é uma minoria que tem que fazer a diferença. Direciona sua palavra a Tânia que é muito fácil quando está na gestão e está em uma mesa que divide o que é poder publico e sociedade civil e pede a mesa que reflita sobre a participação e controle social, é a fiscalização, monitoramento da sociedade civil dentro do poder público. Informa que esse é mais um golpe. Silvio deixa claro que todas as vezes que foram solicitadas questões de ordem foi dada a palavra. Marcos cita os artigos terceiro e nono do regimento e ratifica que a última audiência não foi encerrada como consta na última ata. Coloca também que muitas pessoas, após sua pergunta, não estavam na última audiência e a falta da apresentação da minuta impossibilita dar continuidade a essa audiência. Silvio abre o edital e faz a leitura do cronograma da audiência de hoje, onde não consta a nova apresentação da minuta. Manoel Antônio informa que milita em vários setores na cidade e os líderes mais antigos o conhece e foi fundador do PT e CUT na Bahia e está há 15 audiências participando e dando suas contribuições. Informa que nunca precisou de vereador para se pronunciar e atuar e que não é ligado a nenhum partido e se coloca como uma liderança comunitária. Propõe uma ciclovia paralela a ferrovia em Paripe. Levanta que defende os interesses sociais na cidade e tem história dessa cidade e sobre o zoneamento da praia dos artistas até Piatã tem uma orla degradada e que se construa prédio na orla e que o sombreamento não vai empatar a praia, mas gerar emprego e renda. Mozart faz uma critica construtiva a respeito do PDDU de Salvador que foi pautada no PDDU de São Paulo, que houve inúmeras audiências públicas e que existem itens que não foram considerados no PDDU. Solicita a ideia do universo temporal, o que é de curto, médio e longo prazo. Chama atenção para a metodologia utilizada hoje, que na sua percepção a falta da apresentação atrapalhou o andamento da audiência de hoje. Faz a leitura do titulo 4 que não estipula períodos. Requer a supressão do artigo 26, que aborda o conforto ambiental e que seja retirado o termo edificação, além de edifícios altos e no quarto inciso a transformação urbana. Silvio solicita que Mozart se reinscreva para dar continuidade a suas colocações. Demanda retificação no titulo 5 o conceito de indústria criativa e no titulo 4, capitulo 5, artigo 40, inclusão de mais um inciso que aborde ao fomento da cultura em toda cidade, principalmente em movimentos sociais. Silvio demanda quem tem interesse em ceder o seu tempo para a Mozart. Mozart no titulo 5, cap 2, artigo 47 solicita que seja incluído um mapeamento das principais áreas que podem ser territórios de cultura livre. Silvio solicita que Mozart entregue suas considerações por escritos, que serão avaliadas. Tânia faz uma correção no que Mozart colocou e que foram 47 audiências publicas, informado por Nabil. Em São Paulo foram considerados oficina, reunião do conselho e outros processos participativos como audiência publicam. Henrique informa que em São Paulo houve mobilização para dar andamento ao PDDU e convida todos que tomem posse da tramitação da Câmara. Silvio aproveita a fala de Henrique e informa que esse debate não se encerra aqui e quem vai ditar o ritmo dentro da Câmara são as forças politicas. Ainda em sua fala informa que a terão audiências publicas no executivo e legislativo para tratar do assunto. Thiago Brasileiro, arquitetos independentes da Bahia, informa que já participou de mais de 30 plano diretores e informa que depois da fase de discussão do diagnostico acontece

oficinas trazendo uma discussão rica e por opção metodológica não foi contemplada e ele informa lamentar. Solicita proposta do executivo a APCP na frente do parque de Pituaçu onde não está indicada nenhuma área de proteção. Informa que a linha Av. Tamburugi tem uma estratégia de desenvolvimento que não dá para perceber na proposta da minuta e gostaria de compreender, pois outras localidades mais importantes não foram citadas. Lazaro fala da lagoa dessa localidade que não foi feito nada para sua melhoria, informando que tem um acumulo grande de lixo. Levanta as denuncias de empresas que lacam dejetos nas lagoas e algo precisam ser feito. O crescimento da linha verde necessita de algum planejamento para aqueles locais que estão surgindo e acabando com o meio ambiente. Traz o problema trazido para as pessoas que vivem das lagoas e os condomínios que estão sendo criados e espantando as pessoas locais. Abordou a divulgação da orla de Itapuã é necessária à divulgação para uma maior participação popular. Informa que é do conselho estadual da saúde e que Salvador está sendo loteada e vendida e que não existe ampliação de postos. Conclui informando que esta fazendo um levantamento em Salvador sobre acessibilidade para portadores de necessidades especiais, que não existe acessibilidade na própria secretaria de saúde. Wagner pede uma questão de ordem, pois está desde as 09hs e pede a mesa que seja razoável e dá esta audiência como não conclusa e guardar as inscrições para outra audiência. O plenário se manifesta solicitando mais audiência. Anderson Alves pede questão de ordem informa que é inadmissível desde o inicio as pessoas solicitarem questão de ordem e solicita manter a audiência. Dr. Hortência pede questão de ordem e informa que no edital consta horário final da audiência e ela não foi esgotada. A população quer participar e devido ao degaste para contribuição, parece razoável que seja suspensa e determinada uma nova audiência. E coloca que existe varias questões para serem colocadas e informa que também quer fazer colocações e propõe verificar que é a favor que a audiência seja adiada. Silvio informa que permanece a sua posição de continuar a audiência até ter pessoas interessadas em ouvir e falar. Henrique informa que Dra. Tânia vai fazer uma visita ao Nordeste de Amaralina na próxima quarta e sugere que dessa visita seja ampliada para o secretário e que as associações do bairro consigam um local para que possa dar segmento as discussões do PDDU dando continuidade aos assuntos da ZEIS da permeabilidade do solo urbano. Faz a leitura do artigo do requerimento e informa que não está havendo consonância, pois a maioria quer o encerramento da audiência e que até 15hs não tinha entrado ainda na discussão da minuta. Nesse momento inicia outra manifestação a respeito da continuação ou não da audiência. Marcos solicita questão de ordem e pede atenção da mesa e da plenária para sugerir também a suspensão da audiência. Questiona se o cartão de memoria da gravação e mais importante que a população como decisão de suspensão da audiência e as pessoas sobem em manifestação. Silvio solicita que as pessoas voltem a seus assentos e coloca que a discussão deve ser feita com palavras e não com agressão. Reforça que está dando a oportunidade de continuar a audiência, mas se informa que se as pessoas não querem debater e cancelar. Reforçar que existirão novas audiências na Câmara de vereadores, para tratar da LOUOS e Plano Salvador 500. Propõe as pessoas que não querem mais falar que se retirem e deem o direito aquelas que ainda pretendem debater o PDDU e ratifica que

não haverá suspensão da audiência, que ela se continua ou se encerra. A plenária faz novo protesto. Silvio solicita a todos que continuem discutindo a cidade. Silvio continua questionando se alguém tem interesse em debater sobre o plano diretor. A plenária solicita votação. Henrique solicita questão de ordem informando que está se retirando da mesa, pois não concorda com a transgressão do regulamento. A plenária em coro informa que quem decide a continuidade são eles. Joaquim Laranjeiras pede a palavra e que as pessoas escutem o que ele quer explanar. Concorda que a Dr. Hortência foi humilhada e que se tivessem outras autoridades públicas no recinto a sua palavra seria mais forte. Apela que as pessoas escutem e o deixe falar sobre o direito das pessoas com deficiência. Ele tenta tratar alguns artigos, mas não consegue devido a plenária que não que fala em coro. Joaquim afirma que está solidário com o pleito de todos, mas tem necessidade de falar. Silvio solicita que Joaquim conclua seu discurso, mas o mesmo informa que é muito difícil devido às manifestações. Gloria solicitou uma questão de ordem está demonstrando que essa proposta não esta amadurecida então demonstra que é uma audiência proforma. Sugere que a mesa faça uma consulta a plenária como é a base de qualquer procedimento democrático simples. Henrique apresenta o título 4 do artigo 23 ao 28, dizendo que há a necessidade desse tipo de discussão. João Pereira afirma que ainda não houve tempo de fazer m debate coerente, em razão da quantidade de questões postas e dos documentos todos que já foram encaminhados à mesa. Afirma que o desejo é que a prefeitura, que tem em suas mãos a história da cidade, ouvindo de fato as demandas da cidade. Mais uma vez houve intensa manifestação por parte de alguns da plenária. Joceval afirma ter se emocionado e, posteriormente se decepcionado com as manifestações de outro grupo que anteriormente havia se manifestado na plenária. Acusa a possibilidade de existência de interesses escusos no planejamento das linhas do metro de Salvador. Manifesta-se a favor de mais educação e, por isso participação mais efetiva nas reuniões de planos como este. Elogia, ainda, as demandas de outro grupo, mas não aceita que se invalide os esforços da maioria que se envolveu na construção do plano. A plenária manifestou-se mais uma vez. Marizete mostra seu repúdio a manifestações de parte da plenária em favor da não legitimação da audiência. Ednelson Santos afirmou que o presidente por ter saído da mesa, deu como encerrada a sessão. Tânia rebate pedindo respeito, visto que se esta faltando com a verdade, a saída do secretário se devia apenas a necessidades fisiológicas. Marcos acusa racismo do processo de construção do plano. Afirma também que a audiência está comprometida. Solicita a secretário que ouça mais as demandas feitas pela plenária e não manche seu trabalho. Lucas propõe o fim da audiência para que se possa discutir melhor as propostas em momentos em que haja mais condições físicas e emocionais. Cidadão cita atuação supostamente truculenta quando do governo de ACM (avô) e diz que, hoje, o atual prefeito usa a estratégia oposta, sendo educado, porém com os mesmos fins. Silvio responde, com relação aos artigos 23 e 24 e diz que já estão sendo analisados e que toda a equipe está atenta a estas considerações, visto que estas também já estavam no plano de 2008, de modo que, hoje, apenas se analisa a validade destes. Reitera que esse processo não se encerra hoje e que ainda haverá outras fases no legislativo. Afirma que outras reuniões no legislativo também serão audiências

públicas e próximas às questões da sociedade, possibilitando, assim, mais sugestões. Francisco propõe a realização de outras audiências em razão do cansaço de boa parte da plenária em razão da demora do processo. Silvio reforça que hoje se encerra apenas uma fase, mas que outras fases virão, audiências de discussão da LOUOS serão feitas com audiências-bairro. Reafirma que hoje se encerra uma fase do trabalho, mas que o processo não tem sua conclusão materializada hoje. O processo seguinte se dará na Câmara dos vereadores. Francisco pede que sejam realizadas mais oficinas para crianças nas escolas, que sejam feitos mais espaços de lazer para a população. Dado grupo da plenária manifesta-se mais uma vez contra a metodologia usada na construção do plano. Vereador Gilmar Santiago posiciona-se contra o fato de que uma minoria prejudique a participação da maioria e o direito de propor. Propõe, ainda, que hajam outras reuniões ainda na fase de elaboração da minuta, antes da mesma ser enviada a Câmara de vereadores. Pede que o secretário e mesa reflitam acerca da importância desse processo, a fim de que o plano não chegue "capenga" na câmara. Silvio reconhece a experiência do vereador na elaboração de planos e diz que estas serão analisadas. Marcelo. Silvio, acerca das oficinas infantis, diz que quando foi proposto, foram pensadas em razão do próprio caráter do plano Salvador 500, que visa planejar Salvador a longo prazo e serviços que façam várias centralidades dentro de Salvador, de modo que todos os bairros de Salvador sejam devidamente atendidos. Cidadão pede a palavra, por questão de ordem, solicita continuidade da audiência em respeito aos presentes. Marcelo cede 2 minutos de sua fala a Terezinha. Silvio afirma que ficará com o "trator de ouro". Terezinha manifesta sua indignação a proposta da mesa de finalizar essa fase de discussões e deixar tantas questões ainda pendentes para serem discutidas na Câmara. Cita o bairro do Rio vermelho, como um dos exemplos de bairros que carecem de que várias questões ainda sejam pensadas. Pede encarecidamente que o secretário pense melhor na finalização desse ciclo de reuniões no executivo. Silvio reitera que a finalização desse ciclo não inibe a participação popular, visto que, na câmara também será admitida a participação popular. Marcelo Leite se posiciona, por questão de ordem, dizendo que há que se organizar melhor para que todos compreendam melhor o que se está ocorrendo. Átila pede para falar, por questão de ordem, ressalta a má conduta dos vereadores Hilton Coelho e Gilmar Santiago, acusando que os mesmos trouxeram "milícia" para tumultuar a discussão e as proposições. Acusa, também, que assessor de agrediu uma mulher na plenária. Cidadão, por questão de ordem, acusa má qualidade no serviço e aumento exagerado nos gastos sem justificativa. É interrompido, todavia, por sua consideração não se tratar de uma questão de ordem. Elisangela da Cunha, artista liberal, lembra violência sexual que já sofreu em Salvador para acusar e questionar a retirada de questões relacionadas a educação de profissionais de educação acerca de questões sobre identidade de gênero e questões sexuais. Passa sua palavra para Ivana que questiona a mesa a fim de saber os porquês e quais as "forças superiores" que forçam a mesa a insistir na finalização da mesa. Silvio afirma que a proposta será encaminhada aos profissionais responsáveis pela educação. Silvio reitera que não há forças superiores nem nenhuma pressa, reitera que todo processo tem um fim, esse ciclo se encerra, mas haverá outros ciclos, audiências públicas na câmara de

vereadores, audiências públicas para dar continuidade a LOUOS. O PDDU não se exaure nessas discussões, mas, sempre que legislações fizerem referência a ele, novas discussões serão levantadas. Silvio continua falando sobre propostas de fachadas ativas, onde a frente dos prédios será mais aberta, dando uma sensação de segurança maior para os pedestres e demais passantes a rua. Marco pede mais tempo para maturação dessas discussões. Visto que a cidade que é boa para as comunidades, não é a que se diz delas, mas o que os próprios moradores se manifestam por elas. Afirma não haver brigas pessoais com nenhum outro grupo dentro da plenária, mas afirma que seu real objetivo é a contribuição para a construção de uma cidade melhor. Marco continua dizendo que o debate talvez tenha sido conduzido de modo que ninguém gostaria, mas acredita que as pessoas tenham se manifestado de forma válida, todavia fica triste porque Salvador ainda continuará desigual em vista da pressa. Pede ao secretário que respeite a democracia e o povo de Salvador. Ednaldo Silva, dirige palavra a Tânia, reivindicando novos encontros, visto que Dr. Tânia afirmou, em visita ao IFBA, que outras reuniões deveriam ser realizadas. Afirma ter sido prejudicial a realização de audiências em dias úteis, impossibilitando a participação efetiva da população de Salvador. Pede ao secretário mais audiências, visto que ainda há diversas reivindicações não atendidas, por não ter havido discussão. Pede cancelamento da audiência. Átila salienta o risco que a cidade está correndo, em razão da promotora Hortência ter se voltado contra o posicionamento da gestão municipal, apesar de haver várias obras do governo estadual não serem investigados pelo mesmo MP. Acusa a tentativa de intimidação da democracia por parte de grupos políticos, visto que todos que se inscreveram puderam falar e a democracia foi garantida na audiência. Silvio garantiu a palavra de Átila, em razão de manifestações querendo inibir a fala do partícipe. Pediu que o vereador Gilmar Santiago cumprisse suas obrigações. Fagner, por questão de ordem, em nome das lideranças ainda presentes na audiência, apelou que o vereador Gilmar Santiago pedisse respeito por ter insultado seu grupo. Silvio registrou que nesses dois anos e meio e, independente de partidos, mesmo nos momentos mais tensos, sempre se conseguiu manter um elevado nível de debate e sempre foram mantidos os pleitos da sociedade. Reitera seu profundo respeito pelos vereadores da casa. Afirma que o debate na Câmara também será muito rico em razão do conhecimento que os vereadores têm da cidade. Reforça que o PDDU não é de uma ou outra gestão. Que ultrapassara o mandado do próximo prefeito e muito mais a próxima gestão. Vereador Gilmar agradece as palavras de Silvio e parabeniza a forma com tem sido conduzido os debates. Todavia afirma divergir na finalização dessa etapa de discussões do plano diretor, por considerar que essa etapa é a mais importante. Lembra que se manifestou contra genocídios e qualquer tipo de desrespeito a sociedade nos planos diretores que já participou em gestões anteriores no Estado. Propôs, outra vez, que se fizesse uma nova reunião, em razão do comprometimento da reunião do dia 24 (sábado) por questões como o Enem. Pede que essa etapa não seja comprometida, para que esse trabalho não chegue na câmara já judicializado. Propõe a construção de uma nova metodologia de negociação. Afirma que esse plano não será aprovado na câmara, caso não haja uma nova metodologia de negociação. Segundo ele, a sociedade não mais aguenta planos que sejam positivos apenas para uma parte da

cidade. Se mostra aberto a fixação de uma nova data para votação de propostas para esse PDDU numa nova audiência. Silvio agradece as sugestões, mas afirma ter plena confiança na câmara de vereadores e diz que erros que ocorreram anteriormente não serão mais repetidos, reforça que o prefeito sempre registra a validade da participação dos vereadores para contribuir e continuar construindo esse plano. Silvio afirma que a equipe se mantem aberta e que a proposta é ter uma reunião mais amplamente participativa. Reforça que cada um teve seu papel e, repete, hoje conclui-se apenas uma fase do trabalho, mais a equipe se manterá aberta a população com um canal direto para a população manifestar suas contribuições on site. Eduardo informa que devem haver respeito a todos os atores que estiveram o dia todo. Informa que não tem bandeira de partido, mas da sua cidade e do seu povo. Levanta que todos devem ter o cuidado, pois as vidas de vários cidadãos precisam ser representadas e sugere rever o PDDU cada tópico. Reforça que o município de Salvador está loteado por vereadores da base do prefeito. Coloca que a prefeitura necessita de uma auditoria e informa que vai entrar com ação no Ministério Público. Informa que já passou da hora do Secretário refletir e chamar a sociedade para fazer uma discussão como o vereador Gilmar e outros solicitaram. Francisco Assis, comunidade da Liberdade, solicita que saia do papel tudo que foi solicitado nas comunidades no Ouvindo o nosso bairro. Agradece a todos os presentes na plenária e aqueles que estão compondo a mesa pela paciência de todos de estarem presentes até o momento. Encerram os inscritos para perguntas. Flora entrega um documento a partir da Presidente da Cassange e parabeniza a todos da plenária. Informa que não é representante de nenhum partido, mas faz politica a partir do momento que está preocupada com a cidade. Parabeniza a educação e firmeza do Secretário. Solicita que seja atendida de ter mais alguma audiência. Fagner encerra a fala da plenária e retorna a palavra à mesa. Tânia agradece a todos e informa que os resultados das audiências são muito positivos, com um conjunto de contribuições muito rico. Reforça que o processo não começou agora, que iniciou desde o diagnostico, da visão de futuro, até essa discussão da minuta. Considera que o debate foi bem positivo. Reforça que não se encerra hoje o processo. Silvio reitera o colocado por Tânia e fala em nome de todos informando que buscam fazer o melhor trabalho possível e encerra a última audiência pública PDDU do Plano Salvador 500 às 19:38hs. Conforme regimento, as gravações de áudio e vídeo, sem edição, integram a presente ata.

Salvador, 26 de outubro de 2015.